

«Maria de Jesus Barroso Rodrigues dos Santos [...] nomeada em comissão de serviço».

3 de Dezembro de 2004. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 946/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Maio de 2004 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária:

Licenciado Paulo Miguel Mateus dos Anjos Ferreira, inspector do escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária — nomeado em comissão de serviço extraordinária na categoria de especialista superior estagiário, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 947/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Maio de 2004 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária:

Licenciado Joaquim Boaventura Pereira Antunes da Silva, especialista auxiliar do escalão 5 do quadro da Polícia Judiciária — nomeado em comissão de serviço extraordinária na categoria de especialista estagiário, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 948/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Setembro de 2003 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária:

Licenciado António José das Neves Freitas, especialista de escalão 3, do quadro da Polícia Judiciária, a exercer em comissão de serviço o cargo de chefe de sector — reclassificado na categoria de especialista superior de escalão 1, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, mantendo-se na mesma comissão de serviço. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 949/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Junho de 2004 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária:

Engenheiro João Pedro Marques Júlio, especialista de escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária — nomeado em comissão de serviço extraordinária na categoria de especialista superior estagiário, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 318/2005 (2.ª série). — Para cumprimento do disposto no n.º 34 do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, aplicável à carreira médica de medicina legal por força do disposto no artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 11/98, de 24 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) de 13 de Dezembro de 2004, foi homologada a lista de classificação final relativa ao concurso externo para provimento de um lugar vago de assistente de medicina legal da carreira médica de medicina legal, aberto pelo aviso n.º 9227/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 6 de Outubro de 2004:

Candidato único:

Dr. Rogério Luiz Eisele — 17,40 valores.

Nos termos do n.º 35 da secção VII da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, o candidato dispõe de 10 dias úteis a contar da data

de publicação da presente lista para recorrer. Em caso de recurso, a petição deverá ser dirigida ao Secretário de Estado da Justiça e dar entrada na sede do INML, Largo da Sé Nova 3000-213 Coimbra.

27 de Dezembro de 2004. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Francisco Corte Real*.

Rectificação n.º 65/2005. — Por ter sido publicada com inexactidão a data da assinatura do aviso n.º 10 022/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 255, de 29 de Outubro de 2004, rectifica-se que onde se lê «4 de Outubro de 2004» deve ler-se «14 de Outubro de 2004».

4 de Janeiro de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 950/2005 (2.ª série). — Por despacho do secretário-geral de 3 de Janeiro de 2005:

Maria Augusta Marcelino Fernandes — nomeada provisoriamente na carreira de telefonista, escalão 1, índice 133, do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, após concurso externo geral de ingresso. A presente nomeação converter-se-á automaticamente em definitiva após seis meses, independentemente de quaisquer formalidades. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Maria Helena Fernandes*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação

Despacho n.º 951/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 110/96, de 2 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de protecção integrada nas culturas de arroz, milho e cereais de Outono-Inverno (aveia, cevada, trigo e triticale), horto-industriais (tomate) e hortícolas a organização de agricultores ASAGRO — Associação das Sociedades de Agricultura de Grupo do Ribatejo e Oeste, associação com sede na Rua de Jerónimo da Mata, 2, freguesia e concelho do Bombarral, distrito de Leiria, e com o número de identificação de pessoa colectiva 502061871.

29 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *David Ribeiro de Sousa Galdes*.

Despacho n.º 952/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 110/96, de 2 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de protecção integrada nas culturas de milho a hortícolas a organização de agricultores ADARE — Associação para o Desenvolvimento e Apoio ao Regadio e Ecossistemas, associação com sede na Zona Industrial de Muge, lote 19, freguesia de Muge, concelho de Salvaterra de Magos, distrito de Santarém, e com o número de identificação de pessoa colectiva 507173422.

29 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *David Ribeiro de Sousa Galdes*.

Despacho n.º 953/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 110/96, de 2 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de protecção integrada nas culturas de frutos secos (amendoeira e castanheiro) a organização de agricultores Cooperativa Agrícola de Penela da Beira, C. R. L., cooperativa com